geral: dos princípios e diretrizes; Parte específica: objetivos finalísticos; Áreas e ações estratégicas; 2) Que, após a elaboração do PMPI, seja este: a) Primeiramente aprovado pela Comissão estadual, quando os grupos que atuaram em temas específicos se encontram para avaliar o conjunto; b) Depois, submetido à aprovação da sociedade, através de assembleia ou seminário, com convite em nome de todos os que participaram de sua elaboração, dirigido a toda a sociedade, que é a instância ideal para que seja conhecido, aprovado e assumido por todos; c) Em seguida, aprovado pelo Poder Legislativo Municipal; d) Finalmente, publicado e distribuído a todos os setores e organizações que participaram de sua elaboração, bem como disponibilização na internet. 3) Que, concomitantemente à instituição do PMPI, sejam: a) Consideradas como áreas prioritárias para as políticas públicas para a primeira infância a saúde, a alimentação e a nutrição, a educação infantil, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança, a cultura, o brincar e o lazer, o espaço e o meio ambiente, bem como a proteção contra toda forma de violência e de pressão consumista, a prevenção de acidentes e a adoção de medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica; b) Instituído comitê intersetorial de políticas públicas para a primeira infância com a finalidade de assegurar a articulação das ações voltadas à proteção e à promoção dos direitos da criança, garantida a participação social por meio dos conselhos de direitos; c) Garantido aos profissionais que atuam nos diferentes ambientes de execução das políticas e programas destinados à criança na primeira infância acesso garantido e prioritário à qualificação, sob a forma de especialização e atualização, em programas que contemplem, entre outros temas, a especificidade da primeira infância, a estratégia da intersectorialidade na promoção do desenvolvimento integral e a prevenção e a proteção contra toda forma de violência contra a criança; d) Implementados programas governamentais de apoio às famílias, incluindo as visitas domiciliares e os programas de promoção da paternidade e maternidade responsáveis, buscando a articulação das áreas de saúde, nutrição, educação, assistência social, cultura, trabalho, habitação, meio ambiente e direitos humanos, entre outras, com vistas ao desenvolvimento integral da criança; e) Proporcionado às gestantes e as famílias com crianças na primeira infância orientação e formação sobre maternidade e paternidade responsáveis, aleitamento materno, alimentação complementar saudável, crescimento e desenvolvimento infantil integral, prevenção de acidentes e educação sem uso de castigos físicos, com o intuito de favorecer a formação e a consolidação de vínculos afetivos e estimular o desenvolvimento integral na primeira infância; f) Empreendidos esforços para expandir a educação infantil de maneira a assegurar a qualidade da oferta, com instalações e equipamentos que obedeçam a padrões de infraestrutura estabelecidos pelo Ministério da Educação, com profissionais qualificados, bem como com currículo e materiais pedagógicos adequados à proposta pedagógica; g) Estimulada a criação de espaços lúdicos que propiciem o bem estar, o brincar e o exercício da criatividade em locais públicos e privados onde haja circulação de crianças, bem como a fruição de ambientes livres e seguros em suas comunidade.

Abaetetuba/PA, 09/09/2022

ADRIANA PASSOS FERREIRA – Promotora de Justiça

Protocolo: 851863

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo, Consumidor, Fundações e Entidades de Interesse Social de Ananindeua/PA, com fundamento no artigo 24, § 2º, inciso I, da Resolução nº 007/2019-CPJ, de 06.0.2019, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo, autuado sob o nº 005940-003/2022, que se encontra à disposição no prédio onde funciona o Ministério Público Estadual, no Município de Ananindeua, situado à Rodovia BR 316, s/nº, Km 8, CEP: 67.030-970, telefone: (91) 3239 4139.

PORTARIA Nº 016/2022-MP/1º PJ/MA/PC/HU/CF

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP Nº 005940-003/2022

OBJETO: "ACOMPANHAR E FISCALIZAR POLÍTICA PÚBLICA DO SANEAMENTO AMBIENTAL em observância ao Plano Diretor de Ananindeua/PA-PDA (Lei nº 2237/2006), com base no pedido de providências do nacional Adriano Matos Mendes".

ÓRGÃO DE EXECUÇÃO MINISTERIAL: 1º Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo, Consumidor, Fundações e Entidades de Interesse Social de Ananindeua.

Protocolo: 851866

RESUMO DA PORTARIA N.º 43/2022/13ª PJ Cível de Marabá

A 13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARABÁ torna pública a instauração do presente Procedimento Administrativo, o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua das Flores, s/nº, Bairro Agrópole do Incra, Marabá-PA.

PORTARIA N.º 043/2022/13ª PJ Cível de Marabá

ORIGEM: NOTÍCIA DE FATO n.º. 000311-940/2022

Instauração de Procedimento Administrativo para garantia de acesso a profissional de apoio escolar à criança E.A.S., a qual é pessoa com deficiência e encontra-se matriculada na rede municipal de ensino, neste Município.

Marabá/PA, 13 de setembro de 2022

LÍLIAN VIANA FREIRE

Promotora de Justiça Titular- 13ª PJ de Marabá

Protocolo: 851869

RESUMO DA PORTARIA N.º 44/2022/13ª PJ Cível de Marabá

A 13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARABÁ torna pública a instauração do presente Procedimento Administrativo, o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua das Flores, s/nº, Bairro Agrópole do Incra, Marabá-PA.

PORTARIA N.º 044/2022/13ª PJ Cível de Marabá

ORIGEM: NOTÍCIA DE FATO n.º. 000317-940/2022

Instauração de Procedimento Administrativo para garantia de acesso a profissional de apoio escolar à criança A.O.S., a qual é pessoa com

deficiência e encontra-se matriculada na rede municipal de ensino, neste Município

Marabá/PA, 12 de setembro de 2022

LÍLIAN VIANA FREIRE

Promotora de Justiça Titular- 13ª PJ de Marabá

Protocolo: 851872

RESUMO DA PORTARIA N.º 46/2022/13ª PJ Cível de Marabá

A 13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARABÁ torna pública a instauração do presente Procedimento Administrativo, o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua das Flores, s/nº, Bairro Agrópole do Incra, Marabá-PA.

PORTARIA N.º 046/2022/13ª PJ Cível de Marabá

ORIGEM: NOTÍCIA DE FATO n.º. 000318-940/2022

Instauração de Procedimento Administrativo para garantia de acesso a profissional de apoio escolar à criança C.B.F.G, a qual é pessoa com deficiência e encontra-se matriculada na rede municipal de ensino, neste Município.

Marabá/PA, 13 de setembro de 2022

LÍLIAN VIANA FREIRE

Promotora de Justiça Titular- 13ª PJ de Marabá

Protocolo: 851884

RESUMO DA PORTARIA N.º 45/2022/13ª PJ Cível de Marabá

A 13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARABÁ torna pública a instauração do presente Procedimento Administrativo, o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua das Flores, s/nº, Bairro Agrópole do Incra, Marabá-PA.

PORTARIA N.º 045/2022/13ª PJ Cível de Marabá

ORIGEM: NOTÍCIA DE FATO n.º. 000315-940/2022

Instauração de Procedimento Administrativo para garantia de acesso a profissional de apoio escolar à criança E.G.F.N, a qual é pessoa com deficiência e encontra-se matriculada na rede municipal de ensino, neste Município.

Marabá/PA, 13 de setembro de 2022

LÍLIAN VIANA FREIRE

Promotora de Justiça Titular- 13ª PJ de Marabá

Protocolo: 851881

RESUMO DA PORTARIA N.º 49/2022/13ª PJ Cível de Marabá

A 13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARABÁ torna pública a instauração do presente Procedimento Administrativo, o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua das Flores, s/nº, Bairro Agrópole do Incra, Marabá-PA.

PORTARIA N.º 049/2022/13ª PJ Cível de Marabá

ORIGEM: NOTÍCIA DE FATO n.º. 000220-920/2022

Instauração de Procedimento Administrativo para garantia de acesso a atendimentos de saúde e a profissional de apoio escolar à criança A.M.S.M., a qual é pessoa com deficiência e encontra-se matriculada na rede municipal de ensino, neste Município.

Marabá/PA, 13 de setembro de 2022

LÍLIAN VIANA FREIRE

Promotora de Justiça Titular- 13ª PJ de Marabá

Protocolo: 851899

RESUMO DA PORTARIA N.º 47/2022/13ª PJ Cível de Marabá

A 13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARABÁ torna pública a instauração do presente Procedimento Administrativo, o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua das Flores, s/nº, Bairro Agrópole do Incra, Marabá-PA.

PORTARIA N.º 047/2022/13ª PJ Cível de Marabá

ORIGEM: NOTÍCIA DE FATO n.º. 000316-940/2022

Instauração de Procedimento Administrativo para garantia de acesso a profissional de apoio escolar à criança H.M.C., a qual é pessoa com deficiência e encontra-se matriculada na rede municipal de ensino, neste Município.

Marabá/PA, 13 de setembro de 2022

LÍLIAN VIANA FREIRE

Promotora de Justiça Titular- 13ª PJ de Marabá

Protocolo: 851892

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Extrato da PORTARIA nº 44/2022-MPE-PJ-CASTANHAL

A 7ª Promotora de Justiça da Infância e Juventude, dos Idosos, das Pessoas com Deficiência e dos Órfãos e Interditos de Castanhal, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 – CNMP, de 17/09/07, torna pública a Instauração de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP Nº 002157-040/2022 que encontra-se à disposição na 7ª Promotoria de Justiça de Castanhal, situada na Avenida Presidente Vargas, nº 2638, Bairro Centro, Bairro Centro, Castanhal – Pará, Fone (91) 3412-6100.

PORTARIA nº 44/2022-MPE-PJ-CASTANHAL

Polo Ativo: SIGILOSO

Polo Passivo: SIGILOSO

Assunto: Para acompanhamento da possível situação de risco e/ou vulnerabilidade envolvendo adolescente

TATIANA FERREIRA GRANHEN – Promotora de Justiça

Protocolo: 851959

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Extrato da PORTARIA nº 43/2022-MPE-PJ-CASTANHAL

A 7ª Promotora de Justiça da Infância e Juventude, dos Idosos, das Pessoas com Deficiência e dos Órfãos e Interditos de Castanhal, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 – CNMP, de 17/09/07, torna pública a Instauração de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP Nº 002148-040/2022 que encontra-se à disposição na 7ª Promotoria de Justiça de Castanhal, situada na Avenida Presidente Vargas, nº 2638, Bairro Centro, Bairro Centro, Castanhal – Pará, Fone (91) 3412-6100.

PORTARIA nº 43/2022-MPE-PJ-CASTANHAL

Polo Ativo: SIGILOSO

Polo Passivo: SIGILOSO

Assunto: Para acompanhamento da possível situação de risco e/ou vulnerabilidade envolvendo adolescente

TATIANA FERREIRA GRANHEN – Promotora de Justiça

Protocolo: 851954